

LEMBRAI-VOS DE 1986

Josaphat Marinho

Restabelecida a vida democrática, a partir de 1946, o deputado Café Filho, recordando o golpe instituidor do Estado Novo, e diante de outros riscos, costumava advertir seus pares com o refrão: "Lembraí-vos de 1937". Hoje, em face de perigos financeiros providos do exterior, e à vista do que ocorreu com o Plano Cruzado, logo após as eleições, podemos repetir: lembraí-vos de 1986. Nesse ano, ainda se abriam urnas eleitorais, e o quadro econômico-financeiro, mantido inalterado durante o período da campanha política, foi súbita e profundamente modificado. Os preços dispararam. A inflação aumentou, irresistivelmente. Mudou a fisionomia das relações negociais, com o descontrole generalizado.

Agora, sucedem-se sustos, desde a crise mexicana e a argentina, à asiática do ano passado e à recentíssima da Rússia, ainda em desdobramento. De ordinário, as autoridades anunciam que a situação brasileira não será atingida, ou não o será gravemente. Ninguém deseja que a atividade econômico-financeira do país seja seriamente perturbada, e por fatores externos. A realidade, porém, não coincide

com intenção, antes reflete fenômenos estranhos à vontade das pessoas. Os efeitos da globalização da economia fazem com que os abalos numa área se estendam a espaços diferentes, e de características distintas. A similitude de operações negociais e de interesses aproxima os mercados no êxito e sobretudo nas dificuldades.

Os movimentos sísmicos no mercado de um país ou de uma região repercutem instantaneamente no mundo, obrigando os governos a adotar medidas acautelatórias, quando podem, ou a sofrer, muitas vezes, efeitos danosos, prejudiciais à economia popular. A globalização, por tantos elogiada sem cautela, mostra, então, seus tentáculos de ferro e brasa. A crise da bolsa na Ásia forçou aqui um pacote de soluções, inclusive de aumento dos juros, agravando as condições de vida da população. A desvalorização do rublo na Rússia sacudiu as bolsas, e já obrigou o governo brasileiro a favorecer o capital estrangeiro, na tentativa de mantê-lo no mercado interno. E já foi noticiado que medidas finais corretivas serão adotadas após as eleições, se a conjuntura não as exigir antes.

Certo é que autoridade fazendária já admitiu um reajustamento fiscal após as eleições. Se assim prevê, logicamente há de admitir que as circunstâncias podem antecipá-lo. Nem seria possível negar essa possibilidade, se já ocorreram mudanças por efeitos críticos, e comentários repetidos suspeitam da fragilidade do nosso quadro institucional financeiro. Reconhecer a realidade ameaçadora é forma de combatê-la racionalmente e de criar solidariedade na repulsa ao mal. No trato dos problemas de interesse geral, a coletividade suporta os encargos tanto menos angustiosamente quanto mais informada estiver da tormenta previsível. Por natural, o espírito prevenido da tempestade sabe melhor como enfrentá-la, ou dela desviar-se, na medida possível. Quando o ato de defesa não depende exclusivamente da pessoa, como no caso das soluções políticas e administrativas, maior é a razão do esclarecimento prévio. Assim ninguém se considera enganado ou surpreendido pelo poder, que tem a obrigação de ser claro.

A apreciação pública do problema não o agrava nem prejudica o Estado, se feita com sobriedade e se

não há, como no caso, quem o queira explorar por mesquinhez. Demais, a imprensa noticiou largamente que o ministro da Fazenda anunciou, em Montevideu, que "o governo vai lançar um programa de medidas fiscais depois das eleições", se o presidente as vencer (FSP, 20-8). Em longo informe, sob o título "Governo prepara programa fiscal", o *Jornal do Brasil* adiantou que se trata de providência de caráter "plurianual", e que o ministro teria ressaltado: "Nenhuma medida de fundo até outubro próximo, quando ocorrerá a eleição" (20-8). E mais: "Aí, sim, o governo vai definir com clareza". Ora, se o governo confessa que praticará atos corretivos, de ordem fiscal, depois das eleições, é porque tem ciência antecipada da necessidade deles. Não os especificando nem os adotando desde logo, deixa o cidadão, o eleitor numa grave dúvida de pensamento "cruzado". Se não era obrigado a antevê-los de público, por que o fez? A ameaça intranquiliza. Que virá depois das eleições, e só depois delas? Justifica-se, então, rememorar: lembraí-vos de 1986.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia